



PERGUNTAS E RESPOSTAS FREQUENTES



Outubro/2014

I. LIVROS E DOCUMENTOS ABRANGIDOS E INFORMAÇÕES GERAIS DA EFD	5
1. Quais informações devem ser prestadas na Escrituração Fiscal Digital (EFD)?	5
2. Quais documentos e livros fiscais a EFD substituiu?	5
3. As empresas obrigadas à EFD ainda deverão encadernar e registrar os livros fiscais?	5
4. E se o contribuinte obrigado à EFD mantiver a escrita fiscal em papel?	6
5. O software a ser utilizado é de inteira responsabilidade do próprio Contribuinte ou a SEFAZ irá fornecer algum?	6
II. PERIODICIDADE, PRAZO DE ENTREGA E CERTIFICADO DIGITAL	6
6. Qual a periodicidade de entrega do arquivo da EFD?	6
7. Qual o prazo de entrega do arquivo da EFD?	7
8. Qual tipo de assinatura digital pode ser utilizado?	7
9. A pessoa jurídica que possui vários estabelecimentos, obrigados a EFD deverá adquirir certificado digital para cada CNPJ a fim de assinar os arquivos digitais?	8
III. RETIFICAÇÃO DO ARQUIVO EFD E PENALIDADES	8
10. Qual o procedimento para retificação da EFD ?	8
11. Qual o novo procedimento para retificação de arquivo da EFD (Subanexo 14 ao Anexo 15, art. 14 RICMS)?	8
12. Qual a multa para omissão da entrega do arquivo digital do EFD?	9
IV. OBRIGATORIEDADE E ADESÃO VOLUNTÁRIA	9
13. Como saber se um Contribuinte está obrigado à entrega da EFD?	9
14. Uma nova filial de uma empresa que já está na lista de obrigados, está obrigada à EFD?	10
15. Qual o procedimento para as empresas que querem aderir à EFD de forma voluntária?	11
V. DISPENSA DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	11
16. Quem entrega a EFD está dispensado da entrega do Sintegra?	11
17. A entrega da GIA ainda é obrigatória para quem entrega a EFD?	11
VI. PERFIL DE APRESENTAÇÃO	11
18. Como saber qual perfil (A,B ou C) do Sped Fiscal uma empresa precisa entregar?	11
VII. ESCRITURAÇÃO EXTEMPORÂNEA E NOTA FISCAL COMPLEMENTAR	12
19. Como fazer a escrituração extemporânea de documentos?	12
20. Como lançar uma nota fiscal complementar?	12
21. Um contribuinte obrigado à EFD esqueceu-se de fazer o lançamento de uma nota fiscal eletrônica. O que fazer nessa situação?	13
VIII. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	13

22. Como efetuar o lançamento do diferencial de alíquota? _____	13
IX. INVENTÁRIO _____	14
23. O registro H (Inventário) deve ser entregue mensalmente? _____	14
24. Como devo informar os registros H (Inventário) quando não existir obrigatoriedade de informação de inventário? _____	15
X. EXPORTAÇÃO DE ARQUIVO E CÓPIA DE SEGURANÇA (PVA) _____	15
25. Qual o procedimento para exportação de arquivo, caso se queira validar e transmitir os dados através de outro computador? _____	15
XI. PARTICIPANTES, PRODUTOS, NCM _____	16
26. É obrigatório o NCM em algum registro da EFD? _____	16
27. Devem ser informados mensalmente todos os clientes e fornecedores (registro 0150) e todos os itens de produtos (registro 0200) independente da movimentação do mês? _____	16
28. Qual unidade de medida dos produtos deve ser usada? _____	17
29. Há necessidade de se criar códigos específicos para um produto que ora é adquirido no mercado externo, ora no mercado interno? _____	17
30. Um mesmo produto, cuja destinação tanto pode ser para matéria-prima como para revenda é necessário utilização de códigos de produtos diferentes no registro 0200 - "Identificação do Item"? _	17
31. É necessário cadastrar identificando cada item de produtos referentes aquisições de material de uso e consumo mesmo que não entrem para estoque nem seja insumo de produção? _____	17
32. Os materiais de uso/consumo devem ser registrados no inventário? _____	18
33. Posso manter várias unidades de medida de produtos? _____	18
XII. CIAP (ATIVO IMOBILIZADO) _____	18
34. Como deve ser informado o Bloco G se não houver a apropriação de crédito proveniente de Ativo Imobilizado no mês? _____	18
35. Como é feita a apropriação extemporânea de créditos do CIAP? _____	19
36. No caso de transferência de um bem do Ativo Imobilizado para outro estabelecimento, quais os procedimentos de escrituração no CIAP? _____	19
37. Como é feita a baixa do bem do Ativo Imobilizado no CIAP? _____	19
38. Como posso aproveitar o crédito do Ativo Imobilizado referente a uma nota fiscal complementar lançada em período diferente da nota fiscal original? _____	19
XIII. REGISTROS DE DOCUMENTOS _____	19
39. O que é inutilização de numeração de NF-e ? Esta inutilização pode ser registrada na EFD? _____	19
40. Como devem ser registradas as notas fiscais com emissão concomitante ao cupom fiscal CFOP 5929/6929? _____	20

41. Como dever ser tratado o cadastramento de alíquota em máquinas ECF para produtos em que, no Estado de MS, há previsão de redução da base de cálculo. _____	21
42. Notas Fiscais de Prefeituras relacionadas a ISSQN devem ser registradas? _____	21
XIV. OUTRAS INFORMAÇÕES _____	21
43. Quais informações devem ser apresentadas nos registros 1700 e 1710? _____	21
44. O Contribuinte Substituído deve preencher os campos relativos à base de cálculo e imposto ICMS - ST, quando da aquisição (entradas) de mercadorias e/ou serviços sujeitos a substituição tributária em que o imposto já tenha sido retido anteriormente? _____	22
45. As operações com cartão de crédito devem ser registradas? _____	22
XV. SIMPLES NACIONAL _____	22
46. As empresas do Simples Nacional que estão obrigadas a EFD devem apresentar o perfil “A” ou “C”? _____	22
47. Todas as empresas do Simples Nacional estão obrigadas a EFD? _____	22
48. Como devem ser registrados os cupons fiscais para os contribuintes do Simples Nacional perfil “C”? _____	23
49. Como deve ser registrado o diferencial de alíquota para os contribuintes do Simples Nacional perfil “C”? _____	24
50. Como deve ser registrado o ICMS Garantido para os contribuintes do Simples Nacional perfil “C”? _____	26

I. LIVROS E DOCUMENTOS ABRANGIDOS E INFORMAÇÕES GERAIS DA EFD

1. Quais informações devem ser prestadas na Escrituração Fiscal Digital (EFD)?

No Estado de Mato Grosso do Sul, a EFD é regulada pelo Subanexo XIV ao Anexo XV. A EFD ou SPED Fiscal compreende as informações de ICMS/IPI:

“ A Escrituração Fiscal Digital (EFD) compõe-se da totalidade das informações, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como outras de interesse das administrações tributárias das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). .”

A escrituração se refere a informações de ICMS/IPI.



Atenção Fica claro que as Notas fiscais de serviços emitidas por prefeituras (ISS) não são escrituradas na EFD.

2. Quais documentos e livros fiscais a EFD substituiu?

Subanexo XIV ao Anexo XV , art 2:

(...)

§ 2º O contribuinte deverá utilizar a Escrituração Fiscal Digital (EFD) para efetuar a escrituração dos seguintes livros e documentos fiscais:

- I - Livro de Registro de Entrada;
- II - Livro de Registro de Saída;
- III - Livro de Registro de Apuração do ICMS;
- IV - Livro de Registro de Apuração do IPI;
- V - Livro de Registro de Inventário.
- VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP).
- VII - Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque.

Estes são os livros e documentos abrangidos até o momento pela EFD. Ressalva para o Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque que será obrigatório a partir de 2016.

Quaisquer outros livros, como por exemplo, o Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO), continuam a ser apresentados em papel.

Na EFD são preenchidas informações do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), mas o mesmo não é dispensado.

3. As empresas obrigadas à EFD ainda deverão encadernar e registrar os livros fiscais?

Não. A partir do momento que uma empresa está obrigada a entregar a EFD- Escrituração Fiscal Digital, não pode mais escriturar os livros em papel com o propósito de apresentar à fiscalização. Os livros

em papel são documentos particulares, sem validade jurídica, servindo apenas como controle interno do contribuinte.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD – SPED Fiscal) já é a escrituração dos Livros Fiscais de forma eletrônica.

4. E se o contribuinte obrigado à EFD mantiver a escrita fiscal em papel?

O contribuinte obrigado à EFD que mantiver apenas a escrita em papel será penalizado pela falta de escrituração. Os livros em papel, quando confeccionado por empresas obrigadas à EFD, são meros documentos particulares, sem validade jurídica, servindo apenas como controle interno do contribuinte.

Outros livros, como por exemplo, o Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO), continuam a ser apresentados em papel.

5. O software a ser utilizado é de inteira responsabilidade do próprio Contribuinte ou a SEFAZ irá fornecer algum?

A SEFAZ não fornece software para a geração do arquivo da EFD, sendo este de responsabilidade do Contribuinte.

Para a validação e entrega da EFD existe o programa PVA (Programa Validador e Assinador) que está disponível no site nacional do SPED ou no site da Sefaz no endereço :

<http://www.efd.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=2967>

II.PERIODICIDADE, PRAZO DE ENTREGA E CERTIFICADO DIGITAL

6. Qual a periodicidade de entrega do arquivo da EFD?

De acordo com o Guia Prático temos que os arquivos da EFD têm periodicidade mensal e devem apresentar informações relativas a um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos (ICMS e IPI) sejam efetuadas em períodos inferiores a um mês, segundo a legislação de cada imposto.

Portanto, a data inicial constante do registro 0000 deve ser sempre o primeiro dia do mês ou outro, se for início das atividades, ou de qualquer outro evento que altere a forma e período de escrituração fiscal do estabelecimento.

A data final constante do mesmo registro deve ser o último dia do mesmo mês informado na data inicial ou a data de encerramento das atividades, ou de qualquer outro fato determinante para paralisação das atividades daquele estabelecimento.

No caso de contribuintes que estão em processo de baixa de sua inscrição, o último período entregue terá como dia de término a data da entrega do pedido de baixa na Agenfa (No caso de MS).

Exemplo: Contribuinte que pediu baixa de sua inscrição.

Se o contribuinte pediu a baixa da inscrição no dia 14/08/2014, o arquivo da EFD deve ser entregue com as seguintes observações:

Registro 0000: DT_INI 01082014 e DT_FIN 14082014 - Os registros ao lado indicam o início e o fim do período a que a escrituração se refere.

O contribuinte deve ficar atento, pois essa informação tem reflexo em outros registros da EFD, como por exemplo, no E100 (Apuração do ICMS), onde o período de apuração deve ser o mesmo do Registro 0000.

Caso o contribuinte tente entregar a escrituração com um período maior que a data fim (no nosso exemplo preencher a DT_FIN 31082014), seguirá a seguinte mensagem:

"A escrituração não será transmitida. Contribuinte não localizado (CNPJ CPF+ IE). Para que seja possível enviar escrituração fiscal digital ao Sped é necessário que o contribuinte esteja previamente autorizado. Solicite a Sefaz de sua jurisdição a sua autorização no Sped antes de prosseguir."

A mensagem acima pode indicar que o contribuinte não está autorizado para entrega da EFD, ou está tentando transmitir uma escrituração fora do período autorizado.

O prazo para transmissão do arquivo EFD é todo dia 20 do mês seguinte ao de referência, o mesmo deverá ser enviado até ao final do dia 20, a periodicidade de apresentação da EFD é mensal. Segundo o Art. 12 do Subanexo XIV ao anexo XV do RICMS, após este prazo, não ocorrendo à entrega, o contribuinte estará omissa, vindo a sofrer penalidades como multas por falta de entrega, conforme está disciplinado pelo Art. 117, V e VII da Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997.

7. Qual o prazo de entrega do arquivo da EFD?

O arquivo EFD deverá ser enviado até o final do dia 20 do mês seguinte ao de referência. Após este prazo, não ocorrendo à entrega, o contribuinte estará omissa, conforme Art. 12 do Subanexo XIV ao anexo XV do RICMS que se encontra em www.efd.ms.gov.br Downloads - Legislação, Podendo vier a sofrer penalidades conforme informação constantes na pergunta de nº12 desta FAQ.

8. Qual tipo de assinatura digital pode ser utilizado?

Com Certificados Digitais do tipo A1 ou A3 poderão assinar a EFD:

- a) **o e-PJ ou e-CNPJ** que contenha a mesma base do CNPJ (8 primeiros caracteres) do estabelecimento;
- b) **o e-PF ou e-CPF** do produtor rural ou do representante legal da empresa no cadastro CNPJ;
- c) **a pessoa jurídica ou a pessoa física com procuração eletrônica** específica cadastrada no site da RFB, por estabelecimento.

Fonte: Guia Prático da EFD

[Sobre Procuração Eletrônica](#)



Quando o CNPJ está baixado, será possível transmissão somente com e-CPF do representante legal ou e-CPF do procurador.

9. A pessoa jurídica que possui vários estabelecimentos, obrigados a EFD deverá adquirir certificado digital para cada CNPJ a fim de assinar os arquivos digitais?

Não. O certificado digital (e-CNPJ) de um determinado estabelecimento poderá assinar para qualquer outro estabelecimento da mesma empresa (com o mesmo CNPJ raiz).

III. RETIFICAÇÃO DO ARQUIVO EFD E PENALIDADES

10. Qual o procedimento para retificação da EFD ?

Basta transmitir o arquivo retificador da mesma forma que o original, atentando apenas para a informação prestada no campo 03 do registro 0000, que deve ser preenchido com "1", indicando que se trata de um arquivo substituto (retificador).

Se o campo 03 do registro 0000 for preenchido com "0", o arquivo não será transmitido. O ambiente nacional informará o contribuinte que já há um arquivo original armazenado.

11. Qual o novo procedimento para retificação de arquivo da EFD (Subanexo 14 ao Anexo 15, art. 14 RICMS)?

O procedimento da questão anterior, isto é, a retificação sem autorização da SEFAZ é até o último dia do terceiro mês subsequente. Após esse período, o contribuinte depende de uma autorização para retificar.

Autorização para retificação:



A figura acima representa os prazos de retificação para uma escrituração de **01/2013**. Observe que pode retificar sem a necessidade de autorização da SEFAZ até **30/04** (último dia do 3º mês subsequente).

A partir de 1º de maio (no nosso exemplo) o procedimento será feito através do Portal ICMS Transparente da Sefaz-MS, no módulo Serviços ao Contribuinte, opção EFD/retificação, onde deverá ser informado o mês/ano do arquivo retificador que deverá ser entregue.

Após o pagamento da taxa de 3 UFERMS (Lei Estadual Nº 4.452, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013) por arquivo retificado, o contribuinte receberá um e-mail confirmando autorização do pedido pela SEFAZ; (Fique atento ao prazo de 40 dias informado no e-mail para retificação, depois deste prazo, deverá fazer ser feito novo pedido).

(Atenção! O DAEMS gerado neste momento terá vínculo ao pedido).

Depois da homologação, o arquivo poderá ser entregue através do PVA.

12. Qual a multa para omissão da entrega do arquivo digital do EFD?

As penalidades relativas à EFD estão disciplinadas pelo Art. 117, V e VII da Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997.

O inciso V contempla as infrações relacionadas com os livros e os registros gerados por processo eletrônico, inclusive à EFD, abordando situações como a falta de registro de documentos de entrada, saída e inventário.

O inciso VII, em sua alínea a-1, contempla as situações de falta de entrega da EFD nos prazos regulamentares e entrega com informações incompletas – Para estes casos, está prevista multa de 100 UFERMS por arquivo.

(O valor na notificação da multa, já vem com a redução, sendo valor líquido de 30 UFERMS até o vencimento, em conformidade com o Art. 118 da Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997.)

IV.OBRIGATORIEDADE E ADESÃO VOLUNTÁRIA

13. Como saber se um Contribuinte está obrigado à entrega da EFD?

A consulta da obrigatoriedade da EFD pode ser feita diretamente no site nacional do SPED <http://www1.receita.fazenda.gov.br/default.htm>, na opção consulta ao cadastro da EFD na Base de dados da RFB. Basta informar o CNPJ, a Inscrição Estadual e a UF que aparecerá o perfil da empresa e o histórico com as datas de início e fim da obrigatoriedade.



A pesquisa também pode ser feita pelo CNPJ raiz (os oito primeiros números (XX.XXX.XXX) formam a "raiz", que identifica a empresa), bastando preencher os caracteres de segurança.

Prezado Contribuinte, Para efetuar consulta à base de dados dos contribuintes cadastrados para a transmissão da EFD, preencha as seguintes informações:

a) CNPJ (completo) ou apenas o CNPJ base;
b) Número da Inscrição Estadual e a unidade da federação (UF).

A seguir, repita os caracteres encontrados na imagem abaixo no campo a direita da imagem e clique em 'OK'.

CPF/CNPJ:
Insc. Estadual:
UF:



Digite os caracteres:

Se os caracteres da imagem estiverem ilegíveis, [clique aqui](#) para gerar outra imagem.

Esta informação ajuda a Secretaria da Receita Federal do Brasil a evitar a consulta por programas automáticos, que dificultam a utilização deste aplicativo pelos demais contribuintes.

(Atenção!! Os caracteres da imagem diferenciam entre maiúsculas e minúsculas).

A pesquisa por CNPJ Base traz todos os contribuintes com o perfil da empresa e o histórico com as datas de início e fim da obrigatoriedade.

 **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL**

Contribuinte(s) cadastrados no SPED - EFD

[Refazer Pesquisa](#)

NI	IE	UF	Perfil	Data início obrigatoriedade	Data fim obrigatoriedade	DataConsulta	Historico
xxxxxxxx000118	287xxxxxx	MS	A	01/01/2014		01/10/2014	Historico
xxxxxxxx000207	287xxxxxx	MS	A	01/01/2014		01/10/2014	Historico
xxxxxxxx000380	287xxxxxx	MS	A	20/01/2014		01/10/2014	Historico
xxxxxxxx000460	287xxxxxx	MS	A	19/05/2014		01/10/2014	Historico

Essa consulta também pode ser feita na www.efd.ms.gov.br, clicando na figura  para ir diretamente para a página principal de consulta.

14. Uma nova filial de uma empresa que já está na lista de obrigados, está obrigada à EFD?

Sim. A obrigatoriedade abrange todos os estabelecimentos que tenham o mesmo CNPJ raiz.

Subanexo XIV ao anexo XV do RICMS em seu Art.4º, § 6º

§ 6º A obrigatoriedade estabelecida no caput deste artigo aplica-se a todos os estabelecimentos do contribuinte situados no Estado, incluídos os que vierem a ser criados pelos referidos contribuintes, desde a data de início da atividade constante no cadastro de contribuintes da Secretaria de Estado de Fazenda. "

A obrigatoriedade da EFD não exclui produtores rurais, desde que tenham CNPJ.

15. Qual o procedimento para as empresas que querem aderir à EFD de forma voluntária?

O contribuinte pode aderir voluntariamente a EFD. Nesse caso, deve preencher o [Formulário de Credenciamento – EFD](#) e enviar posteriormente para efd@fazenda.ms.gov.br. O credenciamento será confirmado através de e-mail. (Atenção!!! Informar no corpo do e-mail o perfil desejado, A ou C).

<http://www.efd.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=5641&show=2966>

V. DISPENSA DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

16. Quem entrega a EFD está dispensado da entrega do Sintegra?

Sim. A EFD substitui a escrituração de alguns livros em papel pelo formato digital e, além disso, possibilita a dispensa de algumas obrigações acessórias impostas ao contribuinte.

O Sintegra foi a primeira obrigação a ser dispensada, sendo disciplinada pelo Art. 13 do Subanexo XIV ao anexo XV do RICMS. A dispensa ocorre a partir da data de início da obrigatoriedade.

A partir de 2014, o Sintegra foi dispensado para todos os contribuintes pelo Decreto Nº 13.883, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014. (Atenção!!! Todos contribuintes do MS a partir de 2014, estão dispensados a entrega do SINTEGRA, independente da EFD).

17. A entrega da GIA ainda é obrigatória para quem entrega a EFD?

O art. 13, inc. II, do Subanexo 14 ao Anexo 15 ao Regulamento do ICMS/MS dispensa o Estabelecimento que esteja obrigado ou opte por utilizar a EFD da apresentação da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) à partir da referência janeiro/2014.

VI. PERFIL DE APRESENTAÇÃO

18. Como saber qual perfil (A,B ou C) do Sped Fiscal uma empresa precisa entregar?

De acordo com o Art. 3º da Resolução/SEFAZ N. 2.212, de 6 de julho de 2009, a partir de 2010, os contribuintes do MS obrigados a EFD deverão apresentar os arquivos segundo o leiaute estabelecido para o Perfil "A".

Apenas as empresas de fornecimento de água canalizada e as que apresentam os arquivos relativos ao Convênio ICMS 115/2003 continuarão no Perfil "B". A Resolução/SEFAZ N. 2249/2010 indica os registros a serem apresentados para cada perfil.

Os contribuintes do Simples Nacional no anexo I a Resolução 2.510 apresentarão a EFD no perfil "C". Se algum desses contribuintes excederem o sublimite, o perfil de credenciamento será alterado para "A".

Resolução/SEFAZ Nº2.510, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Art. 3º A EFD deve ser:

(...)

§ 1º Os arquivos da EFD devem ser apresentados segundo o perfil:

I – “C”, no caso das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte

(EPP): *(Inciso I: nova redação dada pela [Resolução/SEFAZ nº 2.520/13](#).*

Efeitos a partir de 1º.01.2014.)

a) mencionadas no Anexo Único a esta Resolução cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor limite estabelecido por ato do Governado do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

b) cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor limite a que se refere a alínea a deste inciso;

II – “A”, nos demais casos.

(Atenção!!! Para consultar o perfil, basta seguir as orientações da Questão 13 desta FAQ).

VII. ESCRITURAÇÃO EXTEMPORÂNEA E NOTA FISCAL COMPLEMENTAR

19. Como fazer a escrituração extemporânea de documentos?

Os documentos que deveriam ter sido escriturados em períodos anteriores ao informado devem ser registrados na EFD com COD_SIT igual a 01 *Escrituração extemporânea de documento regular*, 03 *Escrituração extemporânea de documento cancelado* ou 07 *Escrituração extemporânea de documento complementar*.. Nestes casos, a data de emissão e a data de entrada ou saída não devem pertencer ao período da escrituração informado no registro 0000.

Observe-se que quando se tratar de documento fiscal de saída de produtos ou prestação de serviços, os valores de impostos não serão totalizados no período da EFD, devendo os tributos ser recolhidos com os acréscimos legais cabíveis. Para documentos fiscais de entrada, os créditos serão considerados normalmente na apuração.

Fonte: Guia Prático da EFD

20. Como lançar uma nota fiscal complementar?

A nota fiscal complementar deve ser lançada normalmente no registro C100 observando a exceção 3 do Guia Prático.

Exceção 3: Notas Fiscais Complementares e Notas Fiscais Complementares Extemporâneas (campo COD_SIT igual a “06” ou “07”): nesta situação, somente os campos REG, IND_EMIT, COD_PART, COD_MOD, COD_SIT, NUM_DOC e DT_DOC são de preenchimento obrigatório, devendo ser preenchida a data de efetiva saída, para os contribuintes das UFs que utilizam a data de saída para a apuração. Os demais campos são facultativos (se forem preenchidos, inclusive com valores iguais a zero, serão validadas e aplicadas as regras de campos existentes). O registro C190 é sempre obrigatório e deve ser totalmente preenchido. Os

demais campos e registros filhos do registro C100 serão informados, quando houver informação a ser prestada. Se for informado o registro C170 o campo NUM_ITEM deve ser preenchido.

No campo 06 (Código da Situação do documento) do registro C100 lançar o código 06 (Nota Fiscal Complementar).

21. Um contribuinte obrigado à EFD esqueceu-se de fazer o lançamento de uma nota fiscal eletrônica. O que fazer nessa situação?

No Guia EFD, seção 7 – Outras informações temos a seguinte orientação:

"Escrituração extemporânea de documentos – Os documentos que deveriam ter sido escriturados em períodos anteriores ao informado devem ser registrados na EFD com COD_SIT igual a 1, 3 ou 7. Nestes casos, a data de emissão e a data de entrada ou saída não devem pertencer ao período da escrituração informado no registro 0000."

COD_SIT:

01 Escrituração extemporânea de documento regular

03 Escrituração extemporânea de documento cancelado

07 Escrituração extemporânea de documento complementar

"Observe-se que quando se tratar de documento fiscal de saída de produtos ou prestação de serviços, os valores de impostos não serão totalizados no período da EFD, devendo os tributos ser recolhidos com os acréscimos legais cabíveis. Para documentos fiscais de entrada, os créditos serão considerados normalmente na apuração. Verificar a legislação de cada UF, quanto à escrituração destes documentos."

Para os documentos de saídas, o debito do imposto será lançado no campo 15 do registro E110. Isto é, essa nota fiscal de saída extemporânea terá o debito do ICMS no campo DEB_ESP sem a necessidade de um código de ajuste. O recolhimento da multa e juros de mora é feito normalmente.

Ou o arquivo do mês em que a nota foi emitida poderá ser reapresentado com o a nota esquecida usando o código 1 "remessa de arquivo substituto". Para retificar o arquivo da EFD as orientações estão no item III, perguntas 10 e 11 da FAC.

VIII. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA

22. Como efetuar o lançamento do diferencial de alíquota?

Deve ser observada a **Portaria SAT nº 2.193 de 14/02/2011** que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na EFD para a escrituração das situações de diferencial de alíquota (DIFAL).

Disponível em www.efd.ms.gov.br no menu legislação.

Para os contribuintes do Simples Nacional, o procedimento para registro do DIFAL é simplificado. O contribuinte registra esses valores como débitos especiais e informa seu pagamento.

Procedimento:

REGISTROS DO DIFERENCIAL DE ALIQUOTA PARA CONTRIBUINTES DO SIMPLES NACIONAL.

No Registro E110:



Campo 15 (DEB_ESP): Preencher com o valor total do diferencial de alíquota recolhido ou a recolher;

No Registro E111:

Campo 02 (COD_AJ_APUR) usar o código de ajuste **MS050001** conforme tabela de códigos;

Campo 04 (VL_AJ_APUR): Preencher com valor do diferencial de alíquota apurado no E110.

Registro no E116

Campo 02 (COD_OR) = Informar o código "000" (Outras obrigações do ICMS);

- Campo 03 (VL_OR) = Informar o somatório dos valores existentes no campo 02 (COD_AJ_APUR) do registro E111 cujo código seja MS050001;
- Campo 04 (DT_VCTO) = Informar a data em que ocorreu o pagamento do diferencial de alíquota (quando pago a vista de cada operação) ou a data de vencimento (quando pago pelo calendário);
- Campo 05 (COD_REC) = Informar o código de receita "350".

IX. INVENTÁRIO

23. O registro H (Inventário) deve ser entregue mensalmente?

O inventário (Bloco H) está disciplinado no Regulamento do Imposto de Renda. Sua periodicidade de entrega depende do sistema de tributação da empresa. O Inventário pode ser anual, semestral, ou nas demais datas estabelecidas pela legislação fiscal ou comercial.

A apresentação do Inventário deve ser feita no arquivo da EFD até o segundo mês subsequente ao fechamento do estoque. Regra geral, todo contribuinte deve entregar o inventário da data de 31/12 de cada ano, desta forma, essa informação pode ser entregue até o mês de fevereiro.

No Subanexo XV ao regulamento, artigo 16, §7º temos:

§ 7º A escrituração deverá ser efetivada dentro de sessenta dias, contados da data do balanço referido no "caput" deste artigo ou do último dia do ano civil, no caso do parágrafo anterior.

No mês de fevereiro, o Bloco H deverá ser informado com valor, mesmo que o estoque seja zero.

Escrituração declarada com valor zero:

|H001|0|

|H005|31122013|0|01|

|H990|3|

No exemplo acima, o contribuinte está declarando que o valor de seu estoque de 31/12/2013 foi zero. Lembrando que esta é uma declaração de inteira responsabilidade do contribuinte, sujeita a verificação de um Fiscal de Rendas.

Nos demais meses, que não há obrigação de declarar o inventário, o Bloco "H" será informado sem movimento. O item H001 (abertura do bloco H) deverá ser aberto e no campo "Indicador de movimento" quando indicado código 1 (sem dados informados) ele irá direto para o item H990 (encerramento do bloco). Segue abaixo um exemplo de como ficará no TXT.

Exemplo:

|H001|1|

|H990|2|

24. Como devo informar os registros H (Inventário) quando não existir obrigatoriedade de informação de inventário?

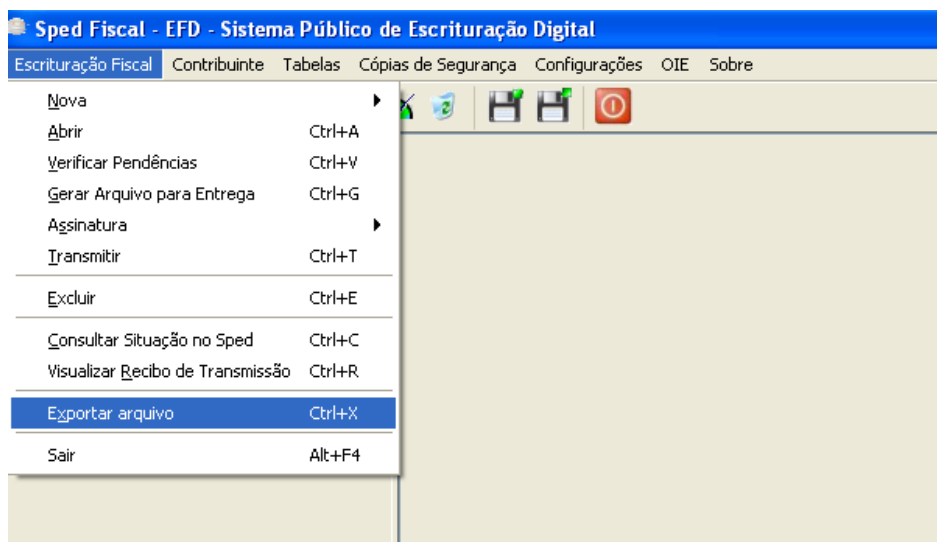
Quando não houver informação nos registros H, deverá ser informado o Reg. H001 com IND_MOV = 1 (Bloco sem dados informados) e o Reg. H990 com o fechamento, **com exceção do mês de referência fevereiro** que o arquivo deve conter dados, mesmo que zerado.

No mês de fevereiro, todos os contribuintes devem apresentar o inventário. Caso o contribuinte estivesse com o inventário zerado em 31/12 do ano anterior, basta informar o Reg. H001 com IND_MOV = 0 (Bloco com dados informados) e o Reg. H005 com o valor total do inventário zerado. Neste caso, não há necessidade de apresentar o Reg. H010.

X. EXPORTAÇÃO DE ARQUIVO E CÓPIA DE SEGURANÇA (PVA)

25. Qual o procedimento para exportação de arquivo, caso se queira validar e transmitir os dados através de outro computador?

Essa funcionalidade de exportação pode ser acessada e utilizada através do PVA no menu ESCRITURAÇÃO FISCAL/ EXPORTAR ARQUIVO:



Após selecionar o arquivo, o contribuinte deve selecionar a pasta de destino e salvar o arquivo.

XI. PARTICIPANTES, PRODUTOS, NCM

26. É obrigatório o NCM em algum registro da EFD?

O código da NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) é obrigatório nas seguintes situações:

- empresas industriais e equiparadas a industrial, referente aos itens correspondentes à atividade fim, ou quando gerarem créditos e débitos de IPI;
- contribuintes de ICMS que sejam substitutos tributários;
- empresas que realizarem operações de exportação ou importação.

O contribuinte que não for obrigado e desejar informar o NCM poderá informar o código normalmente.

27. Devem ser informados mensalmente todos os clientes e fornecedores (registro 0150) e todos os itens de produtos (registro 0200) independente da movimentação do mês?

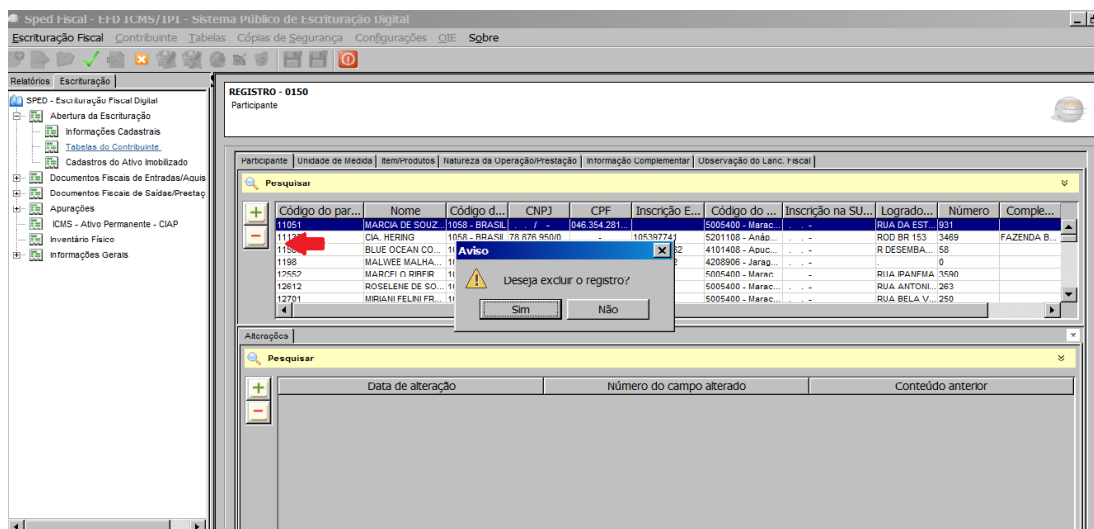
Nos registros 0150 (Participantes) e 0200 (Produtos e Serviços) só devem aparecer os códigos que foram utilizados dentro do arquivo do mês em pelo menos um registro de movimentação de entrada e/ou saída.

Caso o contribuinte não utilize algum desses registros, o PVA acusará o seguinte erro:

Total de Erros
Não informar participante, se não referenciado em pelo menos um dos demais blocos.
Não informar item, se não referenciado em pelo menos um dos demais blocos.

Se o alerta indicado acima estiver correto, basta o contribuinte excluir os registros que estão sobrando que o erro será corrigido.

Conforme o exemplo abaixo: Para excluir o registro abra o arquivo no PVA clique em Escrituração, Tabela de contribuinte e selecione a linha de registro que deseja excluir e clique o sinal de (-).



28. Qual unidade de medida dos produtos deve ser usada?

A tabela de unidade de medida deve ser criada e mantida pelo próprio informante do arquivo.

29. Há necessidade de se criar códigos específicos para um produto que ora é adquirido no mercado externo, ora no mercado interno?

Não, O código independe da origem. O cadastro é do produto.

30. Um mesmo produto, cuja destinação tanto pode ser para matéria-prima como para revenda é necessário utilização de códigos de produtos diferentes no registro 0200 - "Identificação do Item"?

Deve ser criado um único código para o produto, mesmo nas situações em que o item possuir mais de uma destinação. Quando houver a possibilidade do item ser destinado à industrialização, uso e consumo ou ainda destinado à revenda, na classificação do "Tipo do Item" (campo 7), deve-se optar pelo de maior relevância.

31. É necessário cadastrar identificando cada item de produtos referentes aquisições de material de uso e consumo mesmo que não entrem para estoque nem seja insumo de produção?

O Guia Prático da EFD relaciona algumas exceções para a discriminação de itens. É o caso de aquisição de "material de uso e consumo". Na regra, a discriminação do item deve ser precisa, sendo vedadas discriminações genéricas. Mas, o contribuinte pode usar um item genérico para material de uso/consumo desde que não destinado à posterior circulação ou apropriação na produção e não pode gerar direito a créditos do ICMS (Guia Prático da EFD na descrição do Registro 0200). Exemplo material de escritório limpeza etc.

32. Os materiais de uso/consumo devem ser registrados no inventário?

O Livro Registro de Inventário é regulado em parte por Legislação do Imposto de Renda. No art.261 do DECRETO Nº 3.000, DE 26 DE MARÇO DE 1999:

"Art. 261. No Livro de Inventário deverão ser arrolados, com especificações que facilitem sua identificação, as mercadorias, os produtos manufaturados, as matérias-primas, os produtos em fabricação **e os bens em almoxarifado** existentes na data do balanço patrimonial levantado ao fim de cada período de apuração (Lei nº 154, de 1947, art. 2º, § 2º, Lei nº 6.404, de 1976, art. 183, inciso II, e Lei nº 8.541, de 1992, art. 3º)."(grifo nosso)

Desta forma, os materiais de uso e consumo devem ser registrados na EFD. Na regra, a discriminação do item deve ser precisa, sendo vedadas discriminações genéricas. Mas, o contribuinte pode usar um item genérico para material de uso/consumo desde que não destinado à posterior circulação ou apropriação na produção e não pode gerar direito a créditos do ICMS (Guia Prático da EFD na descrição do Registro 0200).

33. Posso manter várias unidades de medida de produtos?

De acordo com Perguntas Frequentes do SPED-Nacional, "Só deve haver um registro 0200 por produto, com a unidade de medida utilizada na quantificação do estoque. No caso de comercialização ou aquisição com unidade diferente da constante no registro 0200, deve ser informado um registro 0220 com o fator de conversão entre a unidade de medida informada no item e a unidade de inventário do 0200."

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/sped-fiscal.htm>

No exemplo abaixo, consideremos que a unidade utilizada pelo contribuinte (inventário) seja em litros e sua aquisição seja em tanques:

Ex:

Registro 0200 - Itens da NF

Campo 02 - COD_ITEM = 1

Campo 06 - UNID_INV = litros (Unidade de medida utilizada na quantificação de estoques)

Registro 0220 - FATORES DE CONVERSÃO DE UNIDADES

Campo 02 - UNID_CONV = tanque

Campo 03 - FAT_CONV (Fator de conversão)= Ex: 100

(fator utilizado para converter 'multiplicar' a unidade a ser convertida na unidade adotada no inventário)

Nota: O inventário deverá estar com a unidade igual à do registro 0200. No caso, "litros".

XII. CIAP (ATIVO IMOBILIZADO)

34. Como deve ser informado o Bloco G se não houver a apropriação de crédito proveniente de Ativo Imobilizado no mês?

O CIAP deve ser escriturado sempre que o contribuinte pretender apropriar crédito de ICMS decorrente da entrada de bem do Ativo Imobilizado. Caso não exista essa pretensão, o Bloco G deverá conter apenas o registro de abertura – G001, com o conteúdo do campo 02 igual a "1" – "Bloco sem dados informados", e o registro de encerramento do bloco – G990.

35. Como é feita a apropriação extemporânea de créditos do CIAP?

O ICMS referente à parcela não escriturada anteriormente deve ser apropriado como extemporâneo e escriturado no registro G126 - OUTROS CRÉDITOS CIAP. No registro G125 - MOVIMENTAÇÃO DE BEM OU COMPONENTE DO ATIVO IMOBILIZADO será escriturada a parcela referente ao mês da escrituração

Como exemplo: um bem adquirido em 12/2010 e que não foi aproveitado o crédito correspondente no próprio mês. Na escrituração de Jan/2011 a primeira parcela (dez/2010) será lançada no registro G126 como parcela 1 e no registro G125 como parcela 2.

Nesse caso, é obrigatório informar os registros G130 e G140 com as informações do documento fiscal de aquisição do bem.

36. No caso de transferência de um bem do Ativo Imobilizado para outro estabelecimento, quais os procedimentos de escrituração no CIAP?

Nesse caso, deve ser lançado um registro G125 indicando no campo 04-TIPO_MOV o código AT _ Alienação ou Transferência, para indicar a transferência para outro estabelecimento.

37. Como é feita a baixa do bem do Ativo Imobilizado no CIAP?

A baixa do bem ocorre na 48ª parcela. O procedimento para a baixa desse bem é a escrituração, no CIAP, de dois registros G125:

G125 campo 04– Tipo de movimentação = “SI” para o lançamento da 48ª parcela onde todos os campos inclusive NUM_PARC e VL_PARC_PASS devem ser preenchidos.

G125 campo 04 – Tipo de movimentação= “BA” para a baixa do bem no CIAP, onde apenas os campos 01 a 04 devem ser preenchidos.

38. Como posso aproveitar o crédito do Ativo Imobilizado referente a uma nota fiscal complementar lançada em período diferente da nota fiscal original?

O ICMS referente à NF Complementar Extemporânea deverá ser escriturado no Registro G126 - OUTROS CRÉDITOS CIAP identificando a parcela do mês ao qual nota fiscal original foi escriturada.

XIII. REGISTROS DE DOCUMENTOS

39. O que é inutilização de numeração de NF-e ? Esta inutilização pode ser registrada na EFD?

A NF-e inutilizada acontece quando ocorre uma quebra da seqüência da numeração. Por exemplo, uma NF-e nº 100 e a nº 110 foram emitidas, mas a faixa 101 e 109, por motivo de ordem técnica, não foi utilizada antes da emissão da nº 110.

O procedimento de inutilização desses números de NF-e tem a finalidade de permitir que o contribuinte comunique o fato à SEFAZ, no prazo até o décimo dia do mês subsequente. Há a condição de que a inutilização de número só é possível caso a numeração ainda não tenha sido utilizada em nenhuma NF-e (autorizada, cancelada ou denegada).

O Guia Prático da EFD descreve que, nesses casos, somente os campos REG, IND_OPER, IND_EMIT, COD_MOD, COD_SIT, SER, NUM_DOC do registro C100 devem ser preenchidos, com COD_SIT =05 (numeração inutilizada). Esta descrição é a exceção nº 01 do registro C100.

40. Como devem ser registradas as notas fiscais com emissão concomitante ao cupom fiscal CFOP 5929/6929?

No caso de contribuintes que usem Emissor de Cupom Fiscal, algumas vezes ocorrem operações de emissão de nota fiscal concomitante com o cupom fiscal (CFOP 5.929 – Emissão Simultânea de Nota Fiscal e Cupom Fiscal). Nestes casos, o contribuinte deve registrar essa nota fiscal sem itens e sem ICMS já que esses valores já estão no cupom fiscal. Pode acontecer de o contribuinte preencher esses campos, assim duplicando as saídas.

As operações com nota fiscal emitidas junto com cupom fiscal devem ser registradas de acordo com a exceção 4 do Registro C100 no Guia Prático da EFD:

"Exceção 4: Notas Fiscais emitidas por regime especial ou norma específica (campo COD_SIT igual a "08"). Para documentos fiscais emitidos com base em regime especial ou norma específica, deverão ser apresentados os registros C100 e C190, obrigatoriamente, e os demais registros "filhos", se estes forem exigidos pela legislação fiscal. Nesta situação, para o registro C100, somente os campos REG, IND_EMIT, COD_PART, COD_MOD, COD_SIT, NUM_DOC e DT_DOC são de preenchimento obrigatório. A partir do mês de referência abril de 2012 a informação do campo CHV_NFE passa a ser obrigatória neste caso para modelo 55. Os demais campos, com exceção do campo NUM_ITEM do registro C170, são facultativos (se forem preenchidos, inclusive com valores iguais a Zero, serão validados e aplicadas as regras de campos existentes) e deverão ser preenchidos, quando houver informação a ser prestada. Exemplos: a) Nota fiscal emitida em substituição ao cupom fiscal – CFOP igual a 5.929 ou 6.929 – (lançamento efetuado em decorrência de emissão de documento fiscal relativo à operação ou à prestação também registrada em equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, exceto para o contribuinte do Estado do Paraná, que deve efetuar a escrituração de acordo com a regra estabelecida na tabela de código de ajustes); b) Nos casos em que a legislação estadual permitir a emissão de NF sem informações do destinatário, preencher os dados do próprio emitente. Obs.: a partir de janeiro de 2012, para todos os documentos diferentes de NF-e e com COD_SIT igual a "08", deverá ser informada no registro C110 a norma legal que autoriza o preenchimento do documento fiscal nessa situação."

Além dos campos acima, o contribuinte deve preencher o **VL_DOC** do registro C100 e **VL_OPR** do registro C190. A fiscalização entende que esse valor deve ser preenchido para fins de análise de volume de operações no CFOP 5929/6929.

No caso do documento fiscal não ser NF-e (modelo 55), será obrigatório o Registro C110.

41. Como dever ser tratado o cadastramento de alíquota em máquinas ECF para produtos em que, no Estado de MS, há previsão de redução da base de cálculo.

No equipamento emissor de cupom fiscal não é possível registrar o produto com redução com base de cálculo. Nesses casos o contribuinte deve registrar a alíquota efetiva (com a redução) sobre o valor do item (que é a própria base de cálculo).

ANEXO XVIII
DA AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA FINS FISCAIS
"art. 34 (...)
Parágrafo único. Tratando-se de operações ou de prestações realizadas com o benefício da redução de base de cálculo, a subtotalização deve ser feita por alíquota efetiva. "

Quanto a Escrituração Fiscal Digital, o PVA-EFD não faz a validação se a alíquota é prevista ou não na legislação estadual. Esse tipo de verificação é da fiscalização.

42. Notas Fiscais de Prefeituras relacionadas a ISSQN devem ser registradas?

Muitos contribuintes estão ligando com dúvidas com relação a escrituração de documentos relacionados ao ISSQN.

A principal razão é o registro INCORRETO de valores no CFOP 5933 e 6933.

Descrição do CFOP 5933 e 6933:

5.933	Prestação de serviço tributado pelo ISSQN Classificam-se neste código as prestações de serviços, de competência municipal, desde que informados em documentos autorizados pelo Estado.
6.933	Prestação de serviço tributado pelo ISSQN Classificam-se neste código as prestações de serviços, de competência municipal, desde que informados em documentos autorizados pelo Estado."

O contribuinte deve registrar somente as informações de ISSQN que foram lançadas em documentos fiscais como a NF modelo 1/1A ou uma NF-e.

Acontece que muitos contribuintes estão lançando valores de notas fiscais emitidas pelas prefeituras (documentos de ISSQN) na GIA (CFOP 5933/6933). Quando tentam registrar estes documentos na EFD não conseguem porque a validação impede que documentos não relacionados ao ICMS/IPI sejam lançados.

XIV. OUTRAS INFORMAÇÕES

43. Quais informações devem ser apresentadas nos registros 1700 e 1710?

1 - Todas as Notas Fiscais Modelo 1 ou 1A emitidas devem ser informadas no registro 1700. As canceladas ou inutilizadas devem ser apresentadas no REG 1710. Os números informados nos campos 06 e 07 devem ser das notas fiscais e não do formulário.

2 – No caso de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), somente as NFes emitidas em contingência devem ser informadas. O número a ser informado nos campos 06 e 07 deve ser o número do formulário.

44. O Contribuinte Substituído deve preencher os campos relativos à base de cálculo e imposto ICMS -ST , quando da aquisição (entradas) de mercadorias e/ou serviços sujeitos a substituição tributária em que o imposto já tenha sido retido anteriormente?

Não. O contribuinte substituído não deve informar os campos relativos à Substituição Tributária quando retido anteriormente pelo remetente.

45. As operações com cartão de crédito devem ser registradas?

Sim. O registro a ser utilizado é o 1600 e sua obrigatoriedade foi estabelecida pela Resolução SEFAZ/MS 2249/2010 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação e a especificação técnica dos registros a serem utilizados na elaboração da EFD.

XV. SIMPLES NACIONAL

46. As empresas do Simples Nacional que estão obrigadas a EFD devem apresentar o perfil “A” ou “C”?

Os contribuintes do Simples Nacional no anexo I a Resolução 2.510 apresentarão a EFD no perfil "C". No caso dos contribuintes que excederam o sublimite, o perfil de credenciamento será alterado para "A".

Resolução/SEFAZ Nº2.510, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Art. 3º A EFD deve ser:

(...)

§ 1º Os arquivos da EFD devem ser apresentados segundo o perfil:

I – “C”, no caso das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP);(Inciso I: nova redação dada pela [Resolução/SEFAZ nº 2.520/13](#). Efeitos a partir de 1º.01.2014.)

a) mencionadas no Anexo Único a esta Resolução cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor limite estabelecido por ato do Governado do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

b) cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor limite a que se refere a alínea a deste inciso;

II – “A”, nos demais casos.

47. Todas as empresas do Simples Nacional estão obrigadas a EFD?

Não. Estão obrigados somente aqueles contribuintes que ultrapassaram sublimites adotados pelos Estados para efeito de recolhimento de ICMS dos estabelecimentos localizados em seus territórios e os que estão no Anexo I a RESOLUÇÃO/SEFAZ Nº 2.510, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

No caso dos contribuintes que excederam o sublimite , o perfil de credenciamento é o “A”, nos casos de estar no Anexo citado anteriormente, o perfil adotado será o “C”.

Os contribuintes do Simples Nacional que se voluntariarem no credenciamento da EFD podem se credenciar no perfil “A” ou “C”.

48. Como devem ser registrados os cupons fiscais para os contribuintes do Simples Nacional perfil “C”?

Todos os débitos lançados no registro C490 serão lançados no campo 02 do registro E110 (VL_TOT_DEBITOS). Estes débitos são lançados pela impossibilidade de escrituração de outra forma.

Como os contribuintes do Simples Nacional recolhem o ICMS por um sistema simplificado, estes não podem utilizar do mecanismo de débito/crédito. A solução é fazer o estorno dos débitos escriturados.

O procedimento será explicado utilizando-se o Programa Validador e Assinador da EFD.

Procedimento de Estorno - Geral

A imagem mostra uma janela de software intitulada "REGISTRO - E110 - Valores de Apuração". No topo, há uma barra de título com o nome da janela e um botão de fechar. Abaixo, o formulário contém o seguinte conteúdo:

REGISTRO - E110
Valores de Apuração

Valor total dos débitos do imposto	R\$ 20.298,39
Valor total ajustes a débito (doc fiscal)	R\$ 0,00
Valor total dos ajustes a débito	R\$ 0,00
Valor total dos estornos de créditos	R\$ 0,00
Valor total dos créditos do imposto	R\$ 0,00
Valor total ajustes a crédito (doc fiscal)	R\$ 0,00
Valor total dos ajustes a crédito	R\$ 0,00
Valor total dos estornos de débitos	R\$ 20.298,39
Saldo credor do período anterior	R\$ 0,00
Valor do saldo devedor	R\$ 0,00
Valor total das deduções	R\$ 0,00
Valor total do ICMS a recolher	R\$ 0,00
Valor do saldo credor do ICMS	R\$ 0,00
Valores recolhidos ou a recolher, extra-apuração	R\$ 823,79

Na base do formulário, há um botão "Fechar".

Na apuração apresentada acima, na 1º linha, temos um total de débitos de R\$ 20.298,39. No registro E110 este é o campo 02 (VL_TOT_DEBITOS).

No Registro E110 há um campo específico para estorno de débitos que é o Campo 09 (VL_ESTORNOS_DEB), onde o contribuinte deve preencher com o valor exato dos débitos. Na figura acima esta na 8º linha.

O detalhamento do estorno é feito com um código de ajuste na apuração. Para isso deve ser criado um registro E111 (filho do registro E110). Sem esse ajuste o arquivo não será validado.

Registro do Estorno detalhado

No Registro E110:

Campo 09 (VL_ESTORNOS_DEB): valor total dos débitos pelas saídas apurado no campo 02 do E110;

No Registro E111:

Campo 02 (COD_AJ_APUR) usar o código de ajuste MS030003 conforme tabela de códigos;

Campo 04 (VL_AJ_APUR): valor total do estorno de débito.

49. Como deve ser registrado o diferencial de alíquota para os contribuintes do Simples Nacional perfil “C”?

Os contribuintes do Simples Nacional devem informar os valores lançados a título de diferencial de alíquota. Na EFD, estes valores são registrados como extra-apuração, no Campo 15 (DEB_ESP) do registro E110.

Nº	Campo	Descrição
15	DEB_ESP	Valores recolhidos ou a recolher, extra apuração.

Na apuração apresentada anteriormente, no campo de valores recolhidos ou a recolher, extra-apuração esta com o valor de R\$ 823,79. Deste valor R\$ 723,79 é de diferencial de alíquota e R\$ 100,00 de ICMS Garantido.

Este valor global deve ser detalhado por meio da criação de um ou mais registros E111 com códigos de ajustes específicos.

Para o diferencial de alíquotas, deve ser criado um registro E111 com o código de ajuste MS050001 como na figura:

Diferentemente do estorno de débito, além do registro E111, deve ser criado um registro E116. Este registro se refere a um valor pago ou a pagar, sendo preenchido da maneira mostrada abaixo:

Registro do Diferencial de alíquota detalhado

No Registro E110:

Campo 15 (DEB_ESP): Preencher com o valor total do diferencial de alíquota recolhido ou a recolher;

No Registro E111:

Campo 02 (COD_AJ_APUR) usar o código de ajuste MS050001 conforme tabela de códigos;

Campo 04 (VL_AJ_APUR): Preencher com valor do diferencial de alíquota apurado no E110.

No Registro no E116

Campo 02 (COD_OR) = Informar o código "000" (Outras obrigações do ICMS);

Campo 03 (VL_OR) = Informar o somatório dos valores existentes no campo 02 (COD_AJ_APUR) do registro E111 cujo código seja MS050001;

Campo 04 (DT_VCTO) = Informar a data em que ocorreu o pagamento do diferencial de alíquota (quando pago a vista de cada operação) ou a data de vencimento (quando pago pelo calendário);

Campo 05 (COD_REC) = Informar o código de receita "350".

50. Como deve ser registrado o ICMS Garantido para os contribuintes do Simples Nacional perfil “C”?

Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional devem pagar os valores do ICMS Garantido. Seu registro é similar ao registro do diferencial de alíquota, como um valor extra-apuração. O código de ajuste a ser utilizado MS050005 para informar o ICMS Garantido.

REGISTRO - E111
Ajuste/Benefício/Incentivo

Código ajuste da apuração/dedução: MS050005 Débito ICMS Garantido

Descrição complementar: Valor total do ICMS GARANTIDO

Valor do ajuste da apuração: R\$ 100,00

Salvar Fechar

Da mesma maneira deve ser feito um registro E116 para informar um valor recolhido ou a recolher:

REGISTRO - E116
Obrigações do ICMS Recolhido ou a Recolher - Operações Próprias

Código do ICMS a recolher: 000 ICMS a recolher

Data de vencimento do ICMS: 31/03/2013 Valor do ICMS a recolher: R\$ 100,00

Código de receita: 357 ICMS GARANTIDO Número do processo

Origem do processo

Descrição resumida do processo

Descrição complementar

Mês de referência: 03/2013

Salvar Fechar

Registro do ICMS Garantido detalhado

No Registro E110:

Campo 15 (DEB_ESP): Valor total recolhido de ICMS Garantido no mês ;

No Registro E111:

Campo 02 (COD_AJ_APUR): usar o código de ajuste MS050005 conforme tabela de códigos;

Campo 04 (VL_AJ_APUR): Preencher com o valor total do ICMS Garantido;

No Registro E116

Campo 02 (COD_OR) = Informar o código “000” (Outras obrigações do ICMS);

Campo 03 (VL_OR) = Informar o somatório dos valores existentes no campo 04 (VL_AJ_APUR) do registro E111 cujo código seja MS050005;

Campo 04 (DT_VCTO) = Informar a data em que ocorreu o pagamento do ICMS Garantido (quando pago a vista de cada operação) ou a data de vencimento (quando pago pelo calendário);

Campo 05 (COD_REC) = Informar o código de receita “357”.

EQUIPE DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Responsáveis:

Tadeu de Souza Lourenço

Luciana Botelho de Medeiros

Vicente da Fonseca Bezerra Junior

Atendimento:

Ana Paula Ossuna Aferlin

Bruno Souto Abrão

Patrícia Chaves